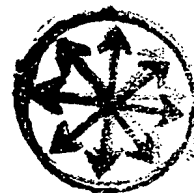


**ESGOTADO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE LEI Nº 2.935, DE 1989**

(DO SR. JUAZEL MARQUES BATISTA)

Assegura participação nos resultados da lavra das riquezas minerais em terras indígenas às comunidades afetadas, regulando o parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal.

(ANEXE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.561/89)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

ART. 1º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma disposta nesta Lei.

ART. 2º - É assegurada às comunidades indígenas, assistidas pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, a participação no resultado da lavra, em valor equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral extraído de suas terras.

§ 1º - A quantificação do valor a ser pago pelo concessionário, a título de participação nos resultados da lavra, será feita em negociações diretas entre ele e a comunidade indígena, intermediada pela FUNAI, e com base nos dados e registros da Secretaria de Finanças ou de Fazenda do Estado titular da competência para arrecadar o ICMS.

§ 2º - O pagamento da participação no resulta-  
do da lavra será feito mensalmente, mediante depósito em conta-  
corrente bancária à ordem da comunidade beneficiária.

§ 3º - Não havendo acordo entre o concessio-  
nário e a comunidade indígena, quanto a valor a ser creditado men-  
salmente, nos termos do § 2º, a matéria será decidida em grau de  
recurso pelo juiz da comarca de situação da mina ou jazida.

ART. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de  
sua publicação.

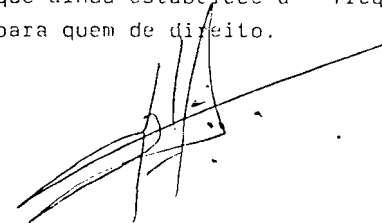
ART. 4º - Revogam-se as disposições em con-  
trário.

#### J U S T I F I C A Ç Ã O

A Constituição de 1988 consagrou, no § 3º do  
art. 231, a participação das comunidades indígenas no produto da  
lavra, resultante da exploração por terceiros de minas ou jazidas  
de minérios situadas em suas terras.

Reivindicação antiga dos nossos aborígenes,  
só agora encontra-se amparada pela Lei Maior de forma explícita  
e com a cautela de a autorização para exploração se submeter, pre-  
viamente, à concordância do Congresso Nacional, ouvidos os inte-  
ressados.

Presentemente, o chamado dízimo do produto  
da lavra encontra-se, de um modo geral, situado em torno de 2,5%  
do faturamento líquido das empresas mineradoras, e este critério  
está consagrado na proposição, que ainda estabelece a frequência  
e a forma de sua transferência para quem de direito.

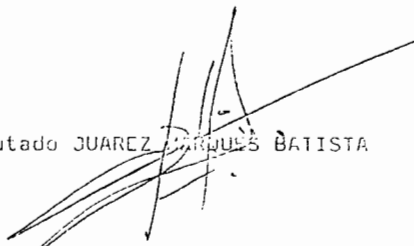


Ao prevermos a intermediação da FUNAI e do  
juiz da comarca no estabelecimento do valor mensal a ser pago,  
a título de participação na lavra, o fazemos tendo em vista a  
desigualdade existente em contratar entre as mineradoras e os  
índios, estes considerados incapacitados civilmente. O envolvi-

mento dos Secretários de Finanças ou Fazenda dará transparência e credibilidade às negociações.

A transformação deste projeto em lei constitui medida das mais justas para que os índios possam fazer jus ao usufruto de todos os bens e utilidades existentes em suas reservas, no solo ou subsolo, como consagra a nossa Lei Maior.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1969.

  
Deputado JUAREZ DE AGUIAR BATISTA

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES

**CONSTITUIÇÃO**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**1988**

.....  
**Título VIII**

**DA ORDEM SOCIAL**  
.....

**Capítulo VIII**  
**DOS INDIOS**

**Art. 231.** São reconhecidos aos indios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens.

.....  
§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.  
.....  
.....